



**FORO LATINOAMERICANO DE POLÍTICAS EDUCATIVAS – FLAPE -
LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN AMÉRICA LATINA Estudio del Brasil**

**LAS DESIGUALDADES EDUCATIVAS EN AMÉRICA LATINA
SINTESIS DEL ESTUDO DEL BRASIL**

Por Renato Ferreira¹

Introdução

Este estudo trata-se de uma síntese de uma análise crítica para refletir a situação da política educativa nacional no Brasil no cenário pós-neoliberalismo. A pesquisa encontra-se correlacionada ao debate sobre educação e políticas públicas e integra o conjunto de estudos nacionais desenvolvidos pelo Fórum Latino Americano de Políticas Educativas – FLAPE.

Capítulo 1 - As desigualdades educacionais: mecanismos de reprodução e legitimação

Levando-se em consideração o contexto das continuidades e rupturas das políticas educativas dos últimos 10/15 anos, um dos aspectos mais importantes relaciona-se com as mudanças ocorridas na estruturação do sistema educacional no Brasil. Para a melhor compreensão a respeito das desigualdades educacionais é fundamental descrever, ainda que resumidamente, como funciona essa estrutura, destacando seu marco legal, as atribuições dos entes federativos e as etapas e modalidades da educação. Essa descrição é importante para facilitar a análise comparada com os estudos feitos por outros países.

¹ Advogado, mestre em Políticas Públicas Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do LPP/UERJ Brasil.



1- O Marco Legal do Sistema Educacional Brasileiro

A educação é um direito social garantido pela **Constituição Federal de 1988**. Pela Constituição a educação básica é um direito público e subjetivo de qualquer cidadão, vale dizer que pode ser exigida dos órgãos públicos, o ensino médio deve ser considerado como direito na medida em que for atingindo a sua universalidade. Para regulamentar as normas da constituição relativas à educação foi instituída a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB** (Lei 9.394, de 1996), que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino. No mesmo sentido, existe o **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério** (lei 11.494 de 2007) que trata do financiamento da educação e valorização dos profissionais da educação. Ressaltamos ainda o **Plano Nacional de Educação - PNE** (Lei 10.172, de 2001), que estabelece diretrizes e metas a serem alcançadas no prazo de dez anos. Por conta da metodologia proposta para o desenvolvimento desta pesquisa é necessário que façamos uma descrição mais específica do PNE.

2 - O Plano Nacional de Educação

Já no fim do Governo neoliberal e como resultado de lutas democráticas históricas pelo direito à educação no ano de 2001 entrou em vigor a lei 10172 que instituiu o Plano Nacional de Educação². O Plano foi instituído para ser reavaliado e reeditado a cada dez anos possuindo os seguintes objetivos e prioridades: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência (com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da

² A idéia de elaborar um Plano Nacional de Educação para o Brasil não era nova, tradicionalmente, ela já se fazia presente em diversos governos desde a década de 30. O grande diferencial para a sua criação em 2001 foi a previsão existente na lei 9.394, de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A previsão contida na LDB de impulso necessários aos setores sociais para pressionar o Governo é os parlamentares da época para criarem o plano como mandava a LDB.



escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes).

3 - Ajuste Neoliberal na Educação Brasileira

O Brasil, como apontam vários diagnósticos, mesmo quando comparado a países de níveis semelhantes de desenvolvimento e renda *per capita*, apresenta historicamente um desempenho educacional insatisfatório..

A educação fundamental no Brasil, por exemplo, nos últimos 15 anos vem caminhando para uma universalização. De acordo com a PNAD 2004³, a proporção da população entre 7 a 14 anos de idade que frequenta a escola está acima de 96% nas Regiões Metropolitanas, sendo que Belo Horizonte, São Paulo e Curitiba esta proporção é superior a 98% (Torres, Pavez, Gomes & Bichir, 2006).

Apesar desses reconhecidos avanços constata-se que persistem desigualdades significativas no interior de todo o sistema educativo. Constatam-se, em que pesem os avanços, variações, desigualdades de todos os tipos: entre as escolas, entre as classes e até mesmo entre os alunos. Barros e Lam (1993) destacam quatro traços indesejáveis na educação do Brasil: 1) o nível educacional médio da população é baixo; 2) a educação está desigualmente distribuída; 3) existe uma correlação alta entre as realizações educacionais das crianças e as de seus pais e avós, indicando ausência de igualdade de oportunidades e 4) há grandes disparidades nas realizações educacionais nas crianças. Em suma, as disparidades constatadas nas pesquisas oficiais e não oficiais demonstram que ainda estamos longe atingir níveis satisfatórios a fim de que a educação possa se constituir como um direito⁴.

Com base no que dissemos, podemos inventariar um quadro das principais políticas neoliberais na educação brasileira: privatização do ensino; prioridade no ensino fundamental, com aumento da responsabilidade dos Municípios; formação

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴ A construção do Estado de Bem Estar Social no Brasil obedeceu a processos paulatinos de consolidação de direitos sociais positivados nas constituições liberais⁴ republicanas por normas que possuíam pouca densidade ou efetividade social, dando às *Cartas Políticas* do país postulados estereis que caracteriza, nesse aspecto, uma “democracia vazia”. As políticas sociais nunca foram desenvolvidas de forma universal e os avanços significativos na implementação de direitos sociais - como educação, saúde, previdência e habitação - pelo Estado não promoveram uma oferta qualitativa e quantitativa dos mesmos direitos como indispensáveis à cidadania.



menos abrangente e mais profissionalizante no ensino médio; aceleração da aprovação para desocupar vagas; aumento de matrículas, sem ampliação das estruturas para alocação de novas vagas; ampliação da sociedade civil como parceira das escolas, deixando de dar ênfase à importância do Estado; fomento a parcerias entre as instituições de ensino superior e a iniciativa privada.

4 - Pós-neoliberalismo e desigualdades educacionais no Brasil

As políticas neoliberais de um modo geral e na educação começaram a perder fôlego no início deste século devido ao agravamento do flagelo social. Por outro lado, ocorreu o surgimento de uma grande zona de conflito capitaneado pelas forças democráticas, sobretudo, ligadas aos movimentos sociais⁵ visando impedir o avanço e combater os efeitos do neoliberalismo na educação⁶.

Pode se dizer que a tônica presente em qualquer, discurso, planejamento ou política pública educativa nos últimos anos no Brasil aponta para a busca na melhoria da qualidade de ensino, contudo, não há indicativos que assegurem uma inversão completa da lógica que mantém a submissão do financiamento da educação (e das demais políticas sociais) atrelada à disponibilidade orçamentária imposta pelo ajuste fiscal.

Um aspecto destacado como uma herança do neoliberalismo que continua impactando na educação brasileira é a permanência dos sistemas de avaliação, podemos destacar dois desses sistemas, em nível federal, o SAEB e o ENEM.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foi criado em 1990 e vem sendo aperfeiçoado desde então, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) e já adquiriu um papel central e estratégico no monitoramento do sistema educacional, pois, oferece informações para subsidiar o aperfeiçoamento de programas e projetos já em desenvolvimento e a adoção de novas intervenções para a promoção de maior equidade e efetividade dos sistemas de ensino.

⁵ Desenvolveremos esta etapa no segundo capítulo.

⁶ No caso brasileiro, existem mais crianças na escola, mas não houve uma redução significativa do índice de repetência ou uma melhora nas condições dos trabalhos dos docentes.



Já o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Participam do exame alunos que estejam concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores. Assim os profissionais da educação passam a ser entendidos como prestadores deste serviço e assim precisam ser remunerados de acordo com os resultados obtidos.

Capítulo 2 - Atores e processos relacionados à educação

1 - Atores sociais e as políticas educativas

Diversos atores sociais se antepõem às forças conservadoras e antidemocráticas – presentes dentro ou fora do Estado - para efetivar direitos sociais que, por certo, ampliam o caráter de justiça social. Nos últimos trinta anos, atores sociais tiveram participação fundamental na história do Brasil. Deve-se a eles a efetividade do processo de anistia que desembocou na abertura política e redemocratização – período marcado, sobretudo pela campanha das eleições diretas. Outro marco importante de reivindicação democrática se dá pela atuação que tiveram na elaboração da Constituição de 1988, apontada por muitos como “Constituição Cidadã”.

Os atores sociais educacionais tradicionalmente se ligam às lutas sociais por uma verdadeira emancipação democrática que teria na educação um dos principais pilares para a sua consolidação e viabilidade política. Nesse sentido, eles têm por escopo fazer com que as demandas pela melhoria educacional sejam atendidas pelo poder público. Suas lutas se traduzem primeiro para viabilizar pelo Estado, e não pelo mercado, a construção de políticas públicas que revolucione a educação não por caridade, mas sim, por direito.

2 - As lutas tradicionais pela democratização da educação

Dentre os atores sociais de maior projeção no campo educacional nos últimos anos, por certo, não se pode destacar o papel dos sindicatos, a menos que se queira estabelecer uma narrativa que descreva a desvirtuação de sua atuação política. Observamos que há uma redução no número de sindicatos de todas as áreas, mas o



fato mais estarrecedor é a ausência de participação política dos membros que estão envolvidos a uma enorme desmobilização que só não é total por conta de algumas reivindicações pontuais por melhores salários⁷.

A política sindical se tornou desinteressante, os próprios sindicatos parecem não representar o elo capaz de conduzir os profissionais da educação para as lutas mais significativas, pois, corre uma assimilação passiva da ordem que amplia a verticalização sindical (LEHER, 2001). Um dos sintomas dessa percepção revela o arrefecimento do poder de reação contra hegemônica exercida pelos sindicatos que passam a desempenhar mais intensa o papel de “parceiros” comprometidos e colaboradores das reformas educacionais. Assim a própria luta sindical descamba e se despolitiza vez que se confunde com a atuação relegada ao terceiro setor.

Destacamos o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST – e suas escolas nos assentamentos rurais, que inovaram na metodologia da pedagogia utilizada, conteúdos, organização e resultados chegando a ganhar prêmio da UNICEF.

3- “Novos atores” na formação das políticas educativas

Em que pese o arrefecimento da atuação sindical, as essas formas de agir coletivo no setor educacional continuam a ser desenvolvidas dentro e fora do Estado tencionando a complexa rede educativa, nos últimos 15 anos, por conta de todas as tensões desencadeadas pelo neoliberalismo, observamos com destaque o surgimento de três novos agentes que promovem e/ou ajudam a promover diversas políticas públicas, marcadamente em relação à questão da desigualdade na educação: os conselhos educacionais, o terceiro setor e os “novos” movimentos sociais. Passemos a descrevê-los.

Os conselhos educacionais derivam de uma luta histórica dos movimentos sociais para exercerem maior controle social sobre as políticas educativas e seus recursos. Eles passaram a existir, com a Constituição, vindo a atuar de modo mais incisivo nas unidades da federação nos últimos 10 anos por conta de uma legislação

⁷ É o caso do tradicional SEPE Sindicato dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro. Em que pese o Rio ter uma das redes públicas educacionais mais amplas do país, as assembléias do SEPE são realizadas para um público não maior do que 100 pessoas. Os comandos de greve, ainda que reivindiquem causas justas, não conseguem fazer com que os professores participem.



exigir que municípios tenham conselhos gestores para que recebam determinadas verbas.

Pesquisas apontam que os conselhos vêm crescendo em todo o Brasil, sua atuação precisa ser regulamentada por lei estadual e municipal. A grande importância que têm é contribuir para a criação de um sistema de vigilância da gestão pública que exige prestação de contas e maior eficiência nos gastos com educação, contudo, precisam ganhar mais importância social a fim de que possam exercer de modo mais eficiente as atribuições que possuem.

O Terceiro Setor é fruto do impacto das políticas neoliberais nos agentes sociais. Essa nova forma de agir e pensar a educação se desenvolve por ONGs e outras entidades. Esses novos agentes educacionais pertencem a uma nova rede de articulação privada em torno da educação. Ganham grande espaço na mídia e desenvolvem trabalhos com comunidades carentes, favelas, etc.⁸ Possuem, muitas das vezes, amplo aporte de recursos públicos e acabam por substituir o Estado como a principal agência na construção do direito à educação.

O Terceiro Setor está capilarizado por todo o país estabelecendo-se como uma ampla rede privada de intervenção na educação, sobretudo, na arena da disputa por recursos públicos. Pode-se dizer que hoje as exigências e atuações desse grupo ocupam mais espaço na mídia e impactam mais na sociedade brasileira do que a atuação dos próprios sindicatos, via de regra, pautadas exclusivamente na reivindicação, justa, por melhores salários e condições de trabalho.

O Movimento Negro e os indígenas se constituem como Movimentos sociais ou ONGs e atuam como motores de causas sociais e representam novas atuações por uma educação mais democrática. A educação também reproduz contra os negros e indígenas as impressões racistas impostas secularmente pelo sistema capitalista. Todo o ciclo educacional, por exemplo, se projeta como uma terrível fonte de reprodução de práticas nefastas à libertação e a cidadania. Por isso a importância da criação da Lei 10639/03. Essa lei obriga o ensino de História Africana, Afro-brasileira e Indígena nas escolas do Brasil.

⁸ É o caso do Programa “Amigos da Escola” uma campanha promovida pelo sistema Globo de telecomunicações que se desenvolve pelo fomento de parcerias com o setor privado para a melhoria da educação pública.



Capítulo 3 – Avaliação dos Indicadores de Desigualdade Educacional

1- Metas e desigualdades educacionais quanto à disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade

Com já visto, o Brasil possui um Plano Nacional de Educação – PNE - (Lei 10172/2001) que se traduz num conjunto de metas para garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino. Trata-se de uma lei que é refeita a cada 10 anos. Por isso vamos utilizar os dados sobre desigualdades que foram feitos pelo próprio governo para verificar os avanços necessários para cumprir as metas em relação à disponibilidade até 2011. Iremos também desenvolver nossas análises também com base no estudo do INEP feito em 2001 para se saber melhor os avanços que seriam necessários para atender as metas definidas no Plano. Também vamos agregar a este estudo os dados da Pnad-IBGE, recentemente divulgados.

As conclusões que estamos tendo, não são nada animadoras. Vejamos um exemplo: em que pese no ano de 2000, 96,4 % das crianças com 7 a 14 anos de idade estivessem na escola, os dados demonstram que na faixa etária de 0 a 3 anos, esse índice era de 9,4%, na faixa de 4 a 6 anos de idade, 61,4% e, na faixa etária de 15 a 17 anos, 83% dos jovens estavam na escola, embora apenas 33% estivessem na etapa apropriada (ensino médio).

Se tomarmos por base as principais metas trazidas pelo PNE em 2001 para todos os níveis de ensino em relação à disponibilidade, teríamos⁹:

A principal forma de avaliar os avanços em matéria educacional no Brasil, sobretudo, em relação às metas do PNE tem sido os dados do Censo Escolar¹⁰.

⁹ Destacamos essas metas em sintonia com o estudo de Carreira (2007). Vide também o Plano Nacional de Educação na parte que traz as diretrizes para cada nível de ensino. Lei 10172/2001. Disponível em www.senado.gov.br. Consultado em 20.08.2009.

¹⁰ Segundo o MEC, o Censo Escolar é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento



Regulamentado pelo Decreto Nº 6.425, de 4 de Abril de 2008, o Censo trata-se de um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Principal instrumento de coleta de informações da educação básica, abrangendo as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). De acordo com os dados do último Censo Escolar (Dados Coletados – 2008) o Brasil possui em números absolutos¹¹:

Escolas: 199.761

Matrículas: 53.232.868

Educação Infantil: 6.719.26

Ensino Fundamental: 32.086.700

Ensino Médio: 8.366.100

Educação de Jovens e Adultos: 4.945.424

Educação Especial: 319.924

Educação Profissional: 795.459

Docentes: 2.019.513

Frente aos dados acima, podemos também, estabelecer de modo mais objetivo (com base nos dados do Inep) o aporte necessário para cumprir algumas metas do PNE para 2011 no que tange à disponibilidade¹². Vejamos:

* Creche: + 474% (significa um aporte de 3,6 milhões de novas matrículas para cumprir o PNE);

* Pré-escola: + 63% (2,4 milhões de novas matrículas);

* Ensino fundamental: -22% (redução de 7 milhões de matrículas em *função da melhora do fluxo e da queda na natalidade);

* Ensino médio: + 60% (4,7 milhões de novas matrículas);

* Ensino superior: + 188% (1,8 milhão de novas matrículas);

* Educação especial: +140% (146 mil novas matrículas);

(aprovação e reprovação) e movimento (abandono) escolar dos alunos do ensino Fundamental e Médio, juntamente com outras avaliações do Inep (Saeb e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação.

¹¹

¹² Idem



*Educação de jovens e adultos: + 167% (8,2 milhões de novas matrículas);

*Alfabetização de adultos: alfabetizar cerca de 15 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade.

Os dados apresentados acima já dão bem conta de quanto teríamos que avançar na promoção de políticas democráticas no campo educacional. As metas do PNE exigem respostas para o futuro, por outro lado, nos revelam a profundidade de nosso atraso no campo das políticas públicas educativas.

2 – Indicadores das desigualdades educacionais da Pnad¹³

O Brasil ainda tem uma taxa de analfabetismo¹⁴ de 9,2 %, isso representa um contingente de 13,5 milhões de brasileiros. Esse dado é semelhante ao do ano passado, quando a taxa era de 9,1%. Entre as pessoas com 15 anos ou mais temos 14,2 milhões de analfabetos. Para o IBGE analfabeto é quem não consegue ler ou escrever um bilhete simples, nesse sentido o analfabetismo atinge um em cada dez brasileiros com 15 anos ou mais.

Outro dado importante é o grande número de analfabetos funcionais. O analfabeto funcional, segundo a UNESCO, é a pessoa que sabe ler, mas não consegue participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo de sua comunidade. Ele não é capaz de usar a leitura, a escrita e o cálculo para levar adiante seu desenvolvimento. Houve uma queda de 0,8% no número de analfabetos funcionais em relação à última taxa divulgada no ano de 2007, contudo, o Brasil ainda possui 21% de pessoas com mais de 15 anos e com menos de 4 anos de estudo completos. Isso significa que temos 30 milhões de pessoas nesta condição.

O IBGE ressalta ainda o analfabetismo entre as crianças. Entre 10 e 14 anos são quase 500 mil crianças analfabetas no País. O analfabetismo atinge 2,8% desta faixa etária em 2008 e em 2007 afetava 3,1%. Significa dizer que a cada mil

¹³A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD foi recentemente divulgada e contém os principais indicadores socioeconômicos para o Brasil e Grandes Regiões, relativas aos anos de 2007 e 2008. Ela também possui indicadores básicos para as Unidades da Federação e séries de indicadores de rendimento buscando a produção e a disseminação de informações atualizadas para retratar a situação socioeconômica da população do País.

¹⁴É a percentagem das pessoas analfabetas (de um grupo etário) em relação ao total das pessoas (do mesmo grupo etário).



crianças, 28 são analfabetas. O Nordeste é a região que tem, proporcionalmente, mais crianças em fase escolar analfabetas, são 5,3% da faixa dos 10 aos 14 anos, quase o dobro da média nacional de 2,8%.

No Brasil, em 2008, a população de 10 anos ou mais de idade tinha, em média, 7,1 anos de estudo. Quando comparamos as Grandes Regiões, os dados do IBGE demonstram que na Região Nordeste o número médio de anos de estudo era menor (5,9 anos) e na Região Sudeste, este número era maior alcançando 7,7 anos de estudo. Ou seja, o tempo médio de estudo do nordestino é bem inferior às demais regiões. Na região, 82,6% dos alunos do ensino fundamental e médio estavam matriculados na escola pública em 2008, enquanto a média nacional ficou em 79,2%.

Um dado revelador aponta que as pessoas com 25 anos ou mais de idade têm em média 7,0 anos de estudo. 31,6 % das pessoas com 10 ou mais anos de idade tem 11 anos ou mais de estudo (equivalente a pelo menos o ensino médio concluído). Por outro lado, cerca de 22,8% desse grupo da população não possui instrução ou não concluiu a 4ª série do ensino fundamental.

A taxa de escolarização é a percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário). De acordo com o IBGE houve um aumento da taxa de escolarização da população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade - passou de 97,0%, em 2007, para 97,5%, em 2008. As taxas de escolarização nas cinco Grandes Regiões observadas variaram de 96,1%, na Região Norte, a 98,1%, na Região Sudeste, nessa mesma faixa etária. Ressalte-se que os dados apontam que é expressiva a parcela da população de jovens que estão na escola, porém, o sistema educacional não consegue fazer com que eles estejam lá na idade adequada e assim avançar e concluir com sucesso a escolaridade.

Há dois anos o Governo prometeu investir de R\$ 60 milhões no Programa Mais Educação, que pretende implementar a educação integral em 2.049 escolas de regiões metropolitanas do País. As escolas que participam do Programa serão que tiverem baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹⁵.

¹⁵ Segundo o MEC Por meio do programa, a escola vai escolher de três a seis atividades para compor a grade horária dos estudantes, que passarão a frequentar a escola em dois turnos. Elas envolvem sete áreas: acompanhamento pedagógico; esporte e lazer; inclusão digital; cultura e artes; direitos humanos



Em que pese tenha havido ampliação do número de estudantes matriculados na rede privada, a escola pública atende cerca de 79,2% dos estudantes de 4 anos ou mais de idade. Nos ensinos fundamental e médio, a maioria expressiva desta população, 88,0% e 86,5%, respectivamente, está matriculada na rede pública. Ressalte-se que este indicador se mostrou diferenciado entre as regiões.

3 - Indicadores das desigualdades educacionais do Inep

Podemos sintetizar os dados apresentados no quadro sobre as principais desigualdades da educação básica no Brasil.

A maioria dos indicadores refere-se aos anos de 2001 ou 2002. Para o nível mínimo de formação considerado: para creche, pré-escola, ensino fundamental de 1a a 4a série, espera-se professores com formação de nível médio, modalidade normal/magistério; para ensino fundamental de 5a a 8a série e ensino médio, a exigência é de docentes com formação de nível superior com licenciatura. Ressalte-se que em 2006, na educação infantil, a taxa de professores não-habilitados em nível médio, mínimo exigido na LDB, era de 14,4%. Nas primeiras séries do ensino fundamental, 47,3% dos professores não possuíam habilitação em nível superior, e dos que lecionam nas últimas séries, o percentual era de 19,6%. No ensino médio, 11,7% não possuíam habilitação. Na educação básica há especificamente carência de professores habilitados para as disciplinas de matemática, física, química e biologia, que decorre em grande parte das condições de remuneração pouco atrativas.

Constatamos também que a permanência dos alunos na escola melhorou, no ensino fundamental e no ensino médio, mas as taxas previstas de conclusão continuaram baixas. Note-se por outro lado que quase a metade dos alunos do ensino médio estudam no período noturno. Sabemos que isso é para economizar na construção de escolas específicas para esses alunos, prefere-se aproveitar o espaço das escolas de ensino fundamental (período diurno) fazendo com que os alunos estudem nelas à noite.

e cidadania; saúde, alimentação e prevenção; e meio-ambiente. Nessa última área, a escola pode escolher entre uma atividade de horta comunitária ou aula de mudanças ambientais globais.



Percebemos a ausência de políticas públicas para valorização e formação dos docentes. Percebe-se, pelos dados apresentados, que mais de um quinto dos professores do ensino médio e do ensino fundamental de 5ª a 8ª série não atendem às exigências da legislação desde 1971 (Lei 5.692).

Observando os dados relativos à infra-estrutura das escolas, a situação é crítica em todos os níveis da educação básica.

A oferta de educação básica, percebe-se uma desigualdade entre as Regiões. Essas desigualdades são evidentes em todas as etapas educacionais, desde a educação infantil, e isso é mostrado em qualquer estatística. Via de regra, elas são proporcionalmente menores no ensino fundamental para o qual o acesso encontra-se próximo da universalização. Contudo, as distâncias regionais se aprofundam no ensino médio e mais ainda no superior.

4– Principais questões afetas aos indicadores sobre desigualdade na educação Brasileira

Os dados do último censo mostram que nas famílias cuja renda familiar *per capita* era de até meio salário mínimo, apenas 27% das crianças de 0 a 6 anos de idade estavam na escola, já na faixa de renda superior a cinco salários mínimos esse índice era de 59%. Quando se leva em consideração a renda, o analfabetismo se apresentava mais forte entre as pessoas com baixa renda. Nas famílias com renda entre cinco e dez salários mínimos o analfabetismo era de 4,7%. Já entre as famílias com renda inferior a um salário mínimo mensal essa taxa subia para 28,8%. Os dados do Censo não nos permitem avaliar as condições da oferta de ensino de acordo com a renda. Contudo, como no Brasil as escolas privadas, de um modo geral, atendem aos mais ricos, podemos sugerir as condições de oferta entre pobres e ricos comparando a oferta referente à escola pública e a privada.

A primeira conclusão que se chega é que os professores com melhor formação tendem a lecionar para as escolas privadas no ensino básico, ocorrendo o inverso no ensino superior. 28% dos professores que lecionavam (até a 4ª série) na rede pública possuíam ensino superior. Esse número chegava a 44% quando se refere



ao ensino privado.¹⁶

Ainda em relação à equidade entre a rede pública e particular de ensino, os dados do INEP revelam que os professores com melhor formação lecionam para as famílias que tem melhor rendimento econômico. Por derradeiro ainda apontamos os dados abaixo, considerando agora as condições de oferta, observa-se a seguinte situação no ensino fundamental, em 2002, quanto à existência de: biblioteca (53% dos alunos atendidos nas públicas *versus* 88% nas privadas); laboratório de ciências (15% dos alunos atendidos nas públicas *versus* 58% nas privadas); laboratório de informática (22% dos alunos atendidos nas públicas *versus* 75% nas privadas); quadra de esportes (51% dos alunos atendidos nas públicas *versus* 82% nas privadas); acesso à internet (25% dos alunos atendidos nas públicas *versus* 73% nas privadas).

Em 2002, cerca de 50% do total de escolas da educação básica do país estavam na zona rural, mas elas representavam apenas 15% do total das matrículas. Esse desnível ocorre em parte devido a baixa qualidade da escola da zona rural. 70% dos estabelecimentos desta área possuíam até 50 alunos e 26,5% deles possuíam até 20 alunos. As escolas rurais, via de regra, são pequenas e concentram 88% das suas matrículas entre a 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

A pesquisa também apresentou dados que mostram o profundo atraso das escolas rurais. 52% dos estabelecimentos de ensino fundamental possuíam apenas uma sala de aula; 5,2% tinham biblioteca, contra 59% das escolas urbanas; 0,5% possuía laboratório de ciências (18,3% das escolas urbanas); 0,5% possuía laboratório de informática (27,9% nas escolas urbanas); 58,3% estavam ligadas à rede de energia elétrica (99,8% das escolas urbanas); 4% possuíam quadra de esportes (50,7% das escolas urbanas); 4,2% tinham microcomputadores (66% das escolas urbanas); e 79,2% possuíam sanitários (97,2% das escolas urbanas).

Os brasileiros negros constituem 49,5% população encontrando-se em situação profundamente desigual em relação aos brancos em todos os indicadores sociais¹⁷. Em relação à educação, no ano de 2006, entre os negros, 16% maiores de

¹⁶ Ressalte-se que ambos os índices apontados estão abaixo do exigido pela LDB.

¹⁷ O IBGE Considerara cinco categorias para a pessoa se classificar quanto à característica cor ou raça: branca, preta, amarela (compreendendo-se nesta categoria a pessoa que se declarou de raça



15 anos, eram analfabetos, esse valor era de 7% entre os brancos. Entre as crianças negras, de 10 a 14 anos de idade, o analfabetismo chega a 5,5% comparados a 1,8% entre as crianças brancas da mesma idade. Em 2004, 47% dos negros com 60 anos ou mais de idade eram analfabetos, enquanto 25% dos brancos estavam na mesma situação (IPEA & UNIFEM, 2006).

Conclusão

Ao longo de todo este trabalho demonstramos teórica e empiricamente que o neoliberalismo paralisou o avanço das políticas públicas que poderiam reduzir de maneira significativa das desigualdades na educação. Além disto, a fase pós-neoliberal ainda não deu passos firmes em direção a horizontes capazes de consolidar a educação como um direito. Vale dizer, que o vetor mercantilista ainda está presente em todos os níveis de ensino no País.

O desafio para a retomada da construção das políticas educativas mais democráticas gira em torno do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, sobretudo, no que tange a questão afeta à “qualidade na educação”. Os atores sociais, envolvidos nessa disputa, propõem formas variadas de se alcançar tal objetivo.

Os Movimentos Sociais mais tradicionais arrefeceram seus sentidos e ações parecendo não ter forças para resistir aos mandamentos impostos pelos ajustes econômicos, ainda que seja diante de um governo progressista. Por outro lado, ONGs se multiplicam ampliando o poder da esfera privada na elaboração e execução das políticas públicas. O saldo positivo é que causas afetas ao reconhecimento da diversidade cultural ressignificam as formas distintas de desigualdades já que politizam na arena educacional questões afetas ao gênero, raça e a etnia.

Nas desigualdades educacionais as evidências que se afirmaram são de duas naturezas fundantes: uma é que o Brasil possui um dos sistemas econômicos mais injustos do mundo que se traduz em diversas formas de opressão social.

A chegada de um governo progressista de esquerda ao poder insuflou desejos

amarela), parda (incluindo-se nesta categoria a pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuzo, mameluca ou mestiça de preto com pessoa de outra cor ou raça) e indígena (considerando-se nesta categoria a pessoa que se declarou indígena ou índia).



e esperanças de intelectuais, mestres, alunos e ativistas antigos que têm na educação sua arena de luta, contudo, sete anos depois, como vimos pelos dados aqui apresentados, precisamos reconhecer a inexistência de um plano transformador para a educação brasileira. Não houve e não há um projeto robusto para a afirmação da educação como um direito.